

HABEAS CORPUS Nº 548.651 - SP (2019/0357100-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GIOVANE LUIZ DE FREITAS
ADVOGADO : GIOVANE LUIZ DE FREITAS - SP332629
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GERSON ALVES DE GOES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GERSON ALVES DE GOES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2228374-47.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 01/10/2019, pela suposta prática do delito de embriaguez ao volante majorado, previsto no art. 306, c.c. o art. 298, III, do CTB, e dano qualificado, previsto no art. 163, incisos I e IV, do Código Penal, porque "*foi surpreendido por policiais militares, logo após ter chocado propositalmente seu veículo contra um outro, por algumas vezes, danificando coisa alheia móvel, mediante violência e grave ameaça, com significativo prejuízo à vítima, bem como após partir em direção do outro motorista em posse de chave de roda, barra de ferro, canivete e facão, com a intenção de feri-lo, aparentando durante a abordagem policial sinais visíveis de embriaguez, tendo se submetido ao teste do etilômetro, que apresentou resultado acima do limite legal, não possuindo permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.*" (fl. 26).

Em 02/10/2019, a Magistrada processante decretou a prisão preventiva do Paciente (fls. 37-40).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem pretendida (fls. 4246).

Neste *writ*, alega o Impetrante, em suma, a falta de fundamentação concreta e idônea do decreto de prisão preventiva e ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Alega, para tanto, que:

Superior Tribunal de Justiça

"Não pode o Estado-juiz simplesmente dizer apenas que estão presentes os requisitos da prisão preventiva de um modo genérico, vago e impreciso. Ao contrário, deve ele elaborar uma decisão completa, fundamentada e individualizada para cada acusado, baseando no contexto probatório do processo, sob pena de ela ser reputada inconstitucional" (fl. 6).

Requer, em liminar, a revogação da custódia cautelar do Paciente, com a expedição do competente alvará de soltura, ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o acórdão vergastado ao ratificar o decreto prisional exarado pelo Juízo processante (fl. 44; sem grifos no original):

"A decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva reúne fundamentação idônea, razão pela qual deve ser prestigiada.

Com efeito, a autoridade judicial apontada como coatora reportou-se aos indícios de autoria e de materialidade, bem como ressaltou as circunstâncias do caso concreto, especialmente o fato de ter cometido uma sequência de infrações penais, bem como as condições pessoais de Gerson, que ostenta diversas condenações criminais.

A existência de condenações definitivas anteriores revela que a prisão é indispensável para garantia da ordem pública, a fim de evitar a reiteração criminosa."

Por oportuno, vale destacar que, no decreto prisional, está registrado que o Paciente *"ostenta 6 (seis) condenações criminais com trânsito em julgado (fls. 43/63) e praticou crimes graves, demonstrando instabilidade emocional e elevado grau de periculosidade, tendo feito uso de armas brancas para ameaçar e danificar o patrimônio do ofendido" (fl. 38).*

Como se percebe, os fundamentos da prisão cautelar não se mostram, em

princípio, desarrazoados ou ilegais, considerando-se, sobretudo, **o risco de reiteração delitiva**, a justificar a medida constritiva como garantia da ordem pública.

Segundo reiterativas manifestações deste Superior Tribunal, **a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar**. Nesse sentido: HC 450.322/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018 (DJe 04/02/2019); HC 475.788/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018 (DJe 18/12/2018); HC 447.764/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019 (DJe 20/02/2019); HC 476.134/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019 (DJe 19/02/2019).

Em verdade, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deverão vir acompanhadas da cópia de todas as peças processuais e da folha de antecedentes do Paciente, solicitando-lhes, ainda, a chave de acesso para consulta ao andamento do processo.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora